



TRABALHOS DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
Vol. 35 (4)

ACTAS VIII

1º CONGRESSO de ARQUEOLOGIA PENINSULAR

PORTO
SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
1995

**1.º CONGRESSO DE
ARQUEOLOGIA PENINSULAR**

(Porto, 12-18 de Outubro de 1993)

A C T A S

(Coordenação de Vítor Oliveira Jorge)

Vol. VIII

figuras sean algo inseparable de su entorno.

Queda fuera de toda duda que Foz Côa es un bien cultural de valor excepcional que con todos los merecimientos debe ser considerado Patrimonio de la Humanidad y, en consecuencia, que es un bien a conservar a costa de cualquier esfuerzo a nivel internacional. La propia naturaleza y las dimensiones del *sitio* (o sitios) excluyen la posibilidad, e incluso la viabilidad, del traslado de los grabados a otro u otros emplazamientos, por lo que habría que descartar proyectos de documentación y traslado parcial similares a los ejecutados hace años con motivo de la construcción de las presas de Assuan en el Nilo y de Taqba en el alto Eúfrates. *A priori* tampoco parece adecuada la solución alternativa de su estudio y posterior "conservación" sumergidos bajo las aguas del pantano en construcción, porque ni el más riguroso de los registros podría suplir la preservación de un conjunto que es insustituible.

Soy consciente de que se recaba mi opinión como prehistoriador con cierta experiencia en gestión de bienes del Patrimonio Histórico, pero creo que nadie puede vivir alejado de la época y del entorno social en que nos movemos. Sin duda, la elección entre la conservación sobre el terreno de todos los grabados del valle y la construcción de un pantano en que se han realizado elevadísimas inversiones y que va a rendir un importante servicio a la ciudadanía no es una decisión *política* fácil. No soy un experto en economía ni dispongo de suficiente información sobre el entorno sociológico de la región en que se construye el pantano ni de la incidencia de la producción energética y acuífera del mismo en otras regiones de Portugal, pero creo que es preciso llevar a cabo un gran esfuerzo en la búsqueda de soluciones alternativas.

La conservación in situ y la transformación del vale en un gran *Parque Arqueológico* no sólo sería rentable desde un punto de vista social y cultural, sino que, con una planificación y promoción adecuadas, tendría un influencia económica no desdenable en su entorno. No hay que olvidar que todos los indicadores sociológicos y demográficos subrayan la creciente demanda de un tipo de turismo de carácter cultural y ecológico interesado por los valores históricos y medioambientales. Actuaciones en ese sentido pueden ayudar a lograr una sociedad más culta, sensible y receptiva hacia un legado histórico que tenemos la obligación de conservar y transmitir a nuestros descendientes.

Santander, 23 de Mayo de 1995

DEIXEM DESCANSAR OS DEUSES*

por

Cáceres Monteiro**

Antes de ser um problema político ou técnico, a questão das gravuras rupestres de Foz Côa é um assunto de inteligência e de consciência de cidadania. Não há razões de ordem económica que justifiquem o injustificável, nem malabarismos tecnocráticos que conciliem o inconciliável.

A região do Côa encerra um carácter místico especialíssimo, uma atracção magnética que se sentiu, desde sempre, no ar daquela terra de fragas e giestas. Com a descoberta das gravuras, parte desse mistério ficou finalmente explicado, e aumentado. Uma frase de um paleontólogo do Museu do Homem de Paris forneceu o elemento essencial: o vale constituía um santuário dos homens da Pré-História.

Foram desastrosas, em todo o mundo (embora haja excepções na Europa), as tentativas para fazer coexistir as manifestações de "civilização" com os achados arqueológicos ou as riquezas naturais. De tudo o que vi, não sei o que será mais ruinoso: se a pressão dos hotéis e o comércio em cima das pirâmides de Gizé, se os néons nos túmulos Ming, os camelos escanzelados na Grande Muralha e o bricabraque junto ao túmulo das terracotas em Xian, se as barracas de hot-dogs nas ravinas das cataratas do Niágara, ou as danças de índios oxigenados sobre o Templo Maia do Zócalo da Cidade do México. No caso de se erguer o sonhado Parque Jurássico nas margens do Côa, o Estado português também poderia ir pensando em vender os Painéis de São Vicente num leilão da Sotheby's ou a Janela do Convento de Tomar para uma nova torre da 5ª Avenida.

Algumas semanas antes da descoberta das gravuras rupestres, e naturalmente sem adivinhar o que aconteceria, falei, num programa da TV2, em directo das muralhas de Almeida, acerca da impressão que sempre me causara o denso manto de força divina que emanava da terra bruta e do céu de nuvens baixas. Lembro-

* Publicado na revista *Visão* de 25-05-95.

** Jornalista. Director da revista *Visão*.

-me de, numa outra ocasião recente, ter comentado esse magnetismo oculto com aquele que é porventura o filho mais ilustre daquelas terras, Eduardo Lourenço. Ele respondeu-me que sempre sentira o mesmo, que uma vez falara disso com Santana Dionísio que o registara nas páginas do *Guia de Portugal*. Imagino bem que todas estas considerações, providas de quem, na infância, tantas vezes cruzou, pela madrugada, as margens xistosas e escarpadas do rio, por tortuosas estradas, em primitivas camionetas, de quem viu, inebriadamente, em cima de carros de bois, muito nascer do sol, aos solavancos pelos caminhos de terra e xisto das Terras de Riba Côa, pareçam ridículas e mesquinhas aos senhores do poderoso lobby da maior empresa pública portuguesa, a EDP. Mais me custa compreender que um homem inteligente como Mira Amaral não entenda o peso dos valores patrimoniais que se impõem. Não é lá por causa da BBC e do *Times*, porque os ingleses também andam à procura de petróleo no jardim do castelo de Windsor. É por nós próprios.

Gravuras para ver de submarino! Gravuras transportadas de helicóptero para um museu! A ser feito algo do género, quem a História responsabilizaria não seria os técnicos, mas toda a geração de contemporâneos. Se, agora ou no futuro, prosseguir a malbaratação dos desenhos rupestres, por delonga ou inépcia, o Governo será culpabilizado.

Vítor Oliveira Jorge, velho companheiro da política antes do 25 de Abril, acha que o caso está a evoluir favoravelmente, depois das declarações do ministro Marques Mendes sobre a não construção da barragem. No âmbito deste dignificante espectáculo de coesão... que o Governo dá em final de mandato, Mira Amaral declarou que as ordens que tem do primeiro-ministro são para continuar as obras. Acreditemos, contudo, que o arqueólogo tem razão, há motivos para algum optimismo. As declarações do primeiro-ministro encerram o compromisso de que não vamos ter um Luna Park com gravuras cortadas às postas junto à albufeira do Côa. As gravuras só fazem sentido na sua envolvimento paisagística. Deixem descansar os deuses do Côa.

CÔA: COSMOS OU CAOS?*

por

Vítor Oliveira Jorge

À memória de André Leroi-Gourhan, um dos expoentes das ciências humanas do nosso século, com quem tive a honra de poder encontrar-me, numa inesquecível entrevista sobre arte pré-histórica, no Collège de France, em Março de 1972, juntamente com Susana Oliveira Jorge, Maria de los Angeles Querol, Francisco Sande Lemos e Jorge Pinho Monteiro, do "Grupo Para o Estudo do Paleolítico Português"

INTRODUÇÃO: CONTEXTUALIZANDO

Neste momento, dia 9 de Abril de 1995, concluo a redacção do quinto texto de intervenção e esclarecimento sobre a urgente e grave situação do património histórico-cultural ameaçado no vale do Côa, no NE. de Portugal.

O primeiro foi inserto num nº especial da publicação "Phala", de Lisboa, dedicado ao assunto, que foi distribuído há dias. O segundo, escrito há mais de um mês, foi finalmente divulgado, em simultâneo (por razões que escaparam ao meu controlo) no "Público" e no "Jornal de Notícias" de 30 de Abril p.p. O terceiro saíu a lume no mesmo dia, mas no jornal "Diário de Notícias". O quarto foi lido publicamente, e distribuído aos jornalistas, em conferência de imprensa realizada na Faculdade de Letras do Porto em 27 do mesmo mês, aquando da apresentação do vol. VII das Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular, e entregue pessoalmente a S. Exa o Presidente da República, a 29, dois dias depois. Isso, não contando com um poema que dediquei ao assunto e que foi também inserto na página de Cultura do "J.N."¹. Para eles remeto o leitor, para não ter de repetir, aqui, afirmações já reiteradamente assumidas. E a minha con-

* Publicado no *Boletim* da Universidade do Porto, nº 25, Junho de 1995. O texto original sofreu, aqui, algumas pequenas alterações de pormenor.

¹ Poema que abre este "dossier".